

Audiência Pública: “Autonomia dos povos indígenas”

Objetivos e participantes

A Defensoria Pública da União (DPU) participou, em 12 de julho de 2018, de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal para debater o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas.

Participantes: Representando a DPU, participou da audiência a defensora regional de Direitos Humanos da DPU em Mato Grosso do Sul, Daniele de Souza Osório. A iniciativa do debate foi do vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS). Também participaram da audiência a presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Lia Zanotta Machado; o secretário nacional dos Povos Indígenas da UGT e representante da Aldeia Canuanã, Idjawala Rosa Karajá; e a senadora Regina Sousa (PT-PI), que conduziu a audiência.

Descrição Geral

Durante a audiência, a defensora regional de direitos humanos da DPU em Mato Grosso do Sul, Daniele de Souza Osório, afirmou que os povos indígenas têm direito à autodeterminação e à autonomia, que constam não só da Constituição Federal, mas dos tratados internacionais firmados pelo Estado brasileiro. Conforme palavras proferidas pela defensora de direitos humanos, “não estamos aqui inovando ou reivindicando um novo direito, queremos que seja garantido o respeito à Constituição”.

Destaques

Durante a audiência, concluiu-se que a autodeterminação indígena só é possível se houver empoderamento das comunidades, para que os representantes indígenas sejam os portavozes de suas questões, e não apenas espectadores das discussões no âmbito do Estado.

De acordo com a Defensora Regional de Direitos Humanos mencionada, tal empoderamento se dá via desenvolvimento econômico, por isso é necessário que os povos indígenas tenham autonomia que suas lideranças não se limitem a pedir, mas que tenham formas agir”. Também para Luiz Eloy, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a liberdade dos povos indígenas depende da possibilidade de estabelecer atividades lucrativas nas aldeias.

Para ele, o debate passa pela capacidade de desenvolvimento que as comunidades indígenas têm. Em suas palavras, é preciso pensar no etno-desenvolvimento, para não se pensar em desenvolvimento apenas pelo viés econômico, mas em termos das potencialidades locais de cada comunidade.